

EDUCAÇÃO E SALÁRIOS: O QUE NOS DIZ O MERCADO DE TRABALHO

Ramon de Oliveira – UFPE

É largamente conhecida no campo educacional a obra do professor Gaudêncio Frigotto “A produtividade da escola improdutiva” (Frigotto, 1989), a qual representa uma das mais contundentes e profundas análises da Teoria do Capital Humano. Nesta obra, evidencia-se o quanto esta teoria inverte as relações de determinação que existem na sociedade capitalista. Ao estabelecer que o status econômico dos indivíduos seja decorrente do seu nível de escolarização ou de sua qualificação profissional, ela oculta o fato da condição de pobreza dos indivíduos ser o impeditivo de seu acesso à educação.

Outra obra clássica no enfrentamento à ideologia da Teoria do Capital Humano é o livro do professor Luiz Antônio Cunha “Educação e Desenvolvimento Social no Brasil” (CUNHA, 1977). Nesta obra, em uma interlocução com o economista Carlos Langoni, ficam bem evidenciados os limites das proposições que atrelam à educação a determinação do ganho de renda e de elevação do *status* social.

Cunha, de forma muito feliz, argumenta que as condições de vida dos indivíduos representam o elemento preponderante – para não dizermos, determinante – no seu desempenho escolar ou econômico.

Aqui não temos o interesse em aprofundar a crítica à teoria do capital humano, mas para os objetivos desse trabalho é importante evidenciar o fato de que nessa construção teórica, a articulação entre pobreza e educação é marcadamente vista a partir de uma relação causa-efeito: maior escolarização produz diminuição da pobreza.

Se considerarmos os debates estabelecidos nos anos 90 sobre a possibilidade de reversão do quadro de pobreza, particularmente nos países da América Latina, percebemos o quanto seus referenciais foram os pressupostos da Teoria do Capital Humano.

Os principais documentos produzidos nesse período pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) *Transformación productiva con equidad* (1996) e *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad* (1992), nos quais a educação figura como elemento central do desenvolvimento, realizaram apologia a uma proposta de desenvolvimento não questionadora das relações sociais produtoras das desigualdades sociais.

No entanto, talvez tenha sido o Banco Mundial, através de suas publicações, quem mais tenha destacado a educação como mecanismo de contenção e diminuição da pobreza.

Como nos mostram os livros “Banco Mundial e as Políticas Educacionais (TOMMASI; WARDE; HADDAD 1996) e “ Agências Multilaterais e a Educação Profissional Brasileira” (OLIVEIRA, 2006) , o Banco Mundial defende a adequação da educação e de todas as áreas sociais ao processo de reprodução do capital.

Assumindo uma posição contrária à Teoria do Capital Humano e tendo como pressuposto que as atuais políticas de formação profissional funcionam basicamente como espaços de conformação de trabalhadores à lógica do capital, argumenta-se neste trabalho que, a despeito de terem aumentado os níveis de escolarização e qualificação da força de trabalho no Brasil, paulatinamente os trabalhadores vêm sofrendo perdas salariais, levando-se em consideração a relação entre escolarização e o rendimento recebido. O capital aumenta seu nível de exploração, pelo fato de conjugar aumento da produtividade com a contínua diminuição da recompensa salarial. Em termos gerais, esse texto procura explicitar, a partir de dados do mercado de trabalho, que a tão propalada melhora salarial e/ou fim da pobreza em virtude do aumento de qualificação/escolarização não encontra respaldo na realidade social brasileira.

Objetiva-se demonstrar que o discurso hegemônico sobre a relação entre educação e pobreza, intenciona proporcionar a manutenção das condições propiciadoras ao capital utilizar a educação de uma forma duplamente danosa para os trabalhadores. Por um lado, utilizar os espaços escolares como locais de disseminação de valores e práticas objetivando assegurar no plano das ideias a conformação da classe trabalhadora, e por outro, atribuir à educação a responsabilidade de sanar a desigualdade social e econômica.

Os dados nos quais se ancoram nossas argumentações decorrem de levantamentos realizados nas diversas PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio), nos Anuários dos Trabalhadores produzidos pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), dentre outras pesquisas que pudessem nos ajudar a relacionar o rendimento dos trabalhadores a seus níveis de escolarização/qualificação profissional.

Da qualificação profissional e da mobilidade social

As políticas de qualificação profissional, no governo Fernando Henrique ou no governo Lula, afirmaram-se como apologetas do desenvolvimento de competências laborais para o aumento da empregabilidade dos trabalhadores. Defenderam haver independência entre

o acesso, a permanência e a qualidade da escola em relação às condições de desigualdade social e encarregaram-se de formar mão-de-obra para os empregos precários. Ou como há muito nos alertava Maria Ciavatta Franco (FRANCO, 1999), formarem mão-de-obra para um trabalho incerto.

Nos últimos anos, mesmo havendo uma diversidade de programas públicos de qualificação profissional (PROJOVEM, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Escola de Fábrica, Primeiro Emprego, Soldado Cidadão e o Proeja e mais recentemente o PRONATEC), em todos há a lógica estruturante segundo a qual as situações de pobreza e marginalidade podem ser revertidas pelo aumento de escolarização ou por meio de ações públicas de qualificação profissional.

Castro (2004) afirma que, a despeito da complexidade da relação entre educação e emprego, é ilusório estabelecer uma relação direta entre o aumento do nível de escolarização da população e a diminuição dos índices de desemprego. Essa ilusão ocorre em virtude dessa interpretação concentrar a atenção no movimento do mercado de trabalho e desprezar a regressão dos postos de trabalho ocorrida no processo recente de acumulação capitalista.

Para Pochmann (2008) mantém-se impertinente o discurso super valorizador da educação enquanto mecanismo de contenção dos altos índices de desemprego. Tendo como referência dados relativos aos primeiros anos de século XXI, o autor destaca a “anomalia” do nosso mercado de trabalho, pois mesmo diante do crescimento do nível de escolaridade da população brasileira, não se criaram as condições para o aproveitamento daqueles com maior escolarização.

Utilizando dados mais recentes podemos confirmar e ampliar estas afirmações de Pochmann. De acordo com o Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011 (DIEESE, 2011a), o Sistema Nacional de Emprego (SINE) no ano de 2010 disponibilizou aos trabalhadores em busca de emprego um pouco mais de 2,5 milhões de vagas em todo o Brasil. Para o preenchimento dessas vagas constatamos que as exigências de escolarização não foram elevadas, uma vez que 68,5% delas sequer requeriam a conclusão do ensino médio. No entanto, no momento de contratação dos trabalhadores encaminhados pelo SINE, o processo de seleção determinou o aproveitamento de 47,7% de trabalhadores com o ensino médio completo, os quais, juntando-se aos trabalhadores com o ensino superior completo, compõem um quantitativo de 49,8%. Ou seja, no momento de seleção, em função da oferta de trabalhadores com o ensino médio completo ser superior a 50%, os empregadores

puderam dar-se ao luxo de estabelecer a exigência de níveis de escolarização bem superiores aos demandados pelas atividades a serem executadas e definidas pelos próprios empregadores quando fizeram solicitação ao SINE.

Outros determinantes da renda dos trabalhadores

Objetivamos nesta seção mostrar que embora tenha havido um crescimento do nível de escolarização da população inserida no mercado de trabalho, as variáveis sexo, cor e escolaridade têm pesos diferentes na definição da entrada e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho, bem como têm repercussão direta nas condições da ocupação, quando são levados em conta salário e direitos trabalhistas. Esperamos levantar mais alguns questionamentos sobre a relação direta entre educação/qualificação profissional e mudança da condição sócio-econômica,

De acordo com os dados do IBGE (2009) (Tabela 1), em 2008, tanto para trabalhadores com carteira assinada, como para aqueles que não a possuíam, havia uma substancial diferença nos rendimentos dos homens e das mulheres empregadas.

TABELA 1				
Rendimento médiodas pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo (BRASIL, 2008)				
	Homens		Mulheres	
	Com Carteira	Sem carteira	Com Carteira	Sem carteira
RENDIMENTOS	1.117,77 (100%A)	620,36 (100%A)	884,82 (79,2%B)	573,38 (92,4%B)
Fonte: IBGE (2009).				

Como pode ser visto na tabela 1, os salários masculinos eram maiores, com ou sem carteira assinada. No entanto, a diferença de rendimentos entre os sexos era inferior entre os que não tinham carteira assinada. Enquanto no primeiro caso as mulheres percebem cerca de 79,2% do valor recebido pelos os homens, no segundo caso, a distância diminui e as mulheres recebem cerca de 92,4%.

A posição desfavorável das mulheres não se limita a ter salários menores. A questão do sexo também tem implicações na forma de contratação dos trabalhadores. De acordo com

dados colhidos junto ao IBGE, no ano de 2008, o percentual de mulheres contratadas com carteira assinada era inferior ao dos homens. Enquanto o percentual para as mulheres era de 29,2%, para os homens esse percentual chegou a 38,4% (IBGE, 2009).

Avancemos nessa discussão acrescentado a problemática referente às pessoas negras e pardas. A situação de discriminação e precarização vivenciada por esses trabalhadores é motivo de reforço da convicção do quanto as políticas públicas de qualificação profissional são ineficazes no sentido de melhorar sua qualidade de vida. O trato desigual estabelecido no mercado para os negros e não negros evidencia-se também nas formas bem desiguais de salário. Se articularmos a esse fato a compreensão de que os salários pagos aos trabalhadores estão muito aquém do salário mínimo necessário, não há menor dúvida do quanto o mercado de trabalho tem uma influência direta na manutenção ou aumento do número de pessoas pobres, principalmente as pessoas negras, mais ainda as mulheres. Some-se a isso o fato de ter aumentado o número de famílias cujas mulheres provêm o rendimento familiar principal, quando não, o único rendimento.

TABELA 2								
Rendimento por cor (em R\$ de Nov/08)								
São Paulo								
	Negros				Não Negros			
Ano	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Rendimento	900	896	906	898	1.497	1.516	1.493	1.492
Salário mínimo necessário (dezembro) (DIEESE)	2005		2006		2007		2008	
	1.607,11		1.564,52		1.803,11		2.141,08	
Fonte: SEADE (2009), DIEESE (2010).								

Além da disparidade demonstrada na tabela 2 entre os salários dos trabalhadores negros e não negros, há outra informação ainda mais contundente a respeito das desigualdades de cor e gênero.

No ano de 2008, na Região Metropolitana de São Paulo, segundo dados da Fundação SEADE (SEADE, 2009), enquanto uma hora de trabalho do trabalhador não negro (média entre homens e mulheres) ficava em torno de R\$8,46, para os negros esse valor caía a R\$5,04.

Conforme demonstra a tabela 3, a hora de trabalho de uma trabalhadora negra, mesmo com carteira assinada, é inferior a hora de trabalho de uma trabalhadora não negra, sem carteira assinada. Em outras palavras, os trabalhadores não negros em condições precarizadas possuem situação salarial superior ao trabalhador negro com carteira assinada!

TABELA 3						
Rendimento médio real por hora dos ocupados em postos de trabalho gerados por empresas, por raça, cor e sexo, segundo forma de contratação setor privado (RMSP – 2008)						
	Negros			Não Negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Com carteira	5,04	4,52	5,34	8,46	7,59	9,03
Sem carteira	3,56	3,16	3,82	5,89	4,83	6,6
Fonte: SEADE (2009).						

Para fechar esse conjunto de comparações nos direcionamos à articulação das variáveis cor, sexo e escolaridade. Neste momento se evidencia mais ainda a fragilidade de algumas articulações teóricas entre renda e educação.

As pessoas com maior nível de escolarização são também aquelas com os maiores salários. No entanto, os dados a seguir demonstram o quanto é equivocado não considerar outras variáveis além do nível de escolarização. Afinal de contas, o nível de rendimentos dos trabalhadores não é uma relação causa-efeito, é expressão da síntese de vários fatores. Não à toa, o valor do salário mínimo real ser bem abaixo do valor do salário do mínimo necessário. De acordo com os dados mais recentes do DIEESE o valor do salário mínimo deveria ser de R\$2.674,88 quase quatro vezes o salário mínimo real, que é de R\$ 678,00.

Independentemente do nível de escolaridade, a média salarial dos homens é sempre superior à das mulheres. No entanto, nos chama atenção o fato da escolarização não ter influência decisiva sobre essa desigualdade. Na medida que cresce o nível de escolarização mantém-se as diferenças salariais, conforme a tabela 4.

TABELA 4			
Rendimento médio real por sexo, segundo nível de escolaridade (RMSP) – 2009			
	Mulheres	Homens	Salário Mulher/Homem
Analfabeto + Fundamental Incompleto	527	917	74%
Fundamental Completo + Médio Incompleto	642	1012	57,6%
Médio Completo + Superior Incompleto	886	1386	56%
Superior Completo	2609	4127	58%
Fonte: SEADE (2010)			

De acordo com os dados da tabela 4 constata-se que o rendimento médio de um trabalhador analfabeto ou com ensino fundamental incompleto é superior ao de uma trabalhadora com ensino médio completo ou superior incompleto. Esses dados nos levam a colocar mais uma vez em questão qual a interferência da variável escolarização no rendimento dos trabalhadores.

Na tabela 5 destacamos que os trabalhadores negros, além de terem o valor de sua hora de trabalho bem inferior aos não negros, não são recompensados com valores correspondentes ao que o mercado de trabalho paga a um trabalhador em função de sua escolaridade, senão vejamos.

A coluna onde está escrito valor médio geral corresponde ao valor médio de uma hora de trabalho de acordo com a escolaridade. As mulheres negras recebem valor não só inferior

ao pago, em média, a um trabalhador com escolarização correspondente, como também sua escolaridade não é recompensada de forma semelhante às outras mulheres. As mulheres negras com ensino médio completo ou ensino superior incompleto, recebem o valor correspondente aos homens com nível de escolaridade inferior ao ensino fundamental completo.

TABELA 5					
Rendimento médio real por hora dos ocupados, por raça/cor e sexo, segundo nível de escolaridade (RMSP - 2008)					
	Valor Médio Geral	Negros		Não Negros	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Fundamental Incompleto	4,01	2,95	4,19	3,32	4,89
Fundamental Completo e Médio Incompleto	4,54	3,33	4,47	3,81	5,51
Médio Completo e Superior Incompleto	6,29	4,30	5,89	5,48	8,13
Superior Completo	19,51	-	-	16,02	25,2
Fonte: SEADE (2009)					

Esse último dado, além de tantos outros apontados, evidencia a impertinência de análises que super valorizam o incremento educacional como elemento determinante da posição dos indivíduos no mercado de trabalho. Em síntese, a escolarização não tem sido o determinante exclusivo da entrada e permanência no mercado de trabalho, e muito menos o único fator a determinar salários e forma de ocupação.

Trabalhadores mais qualificados para uma maior taxa de acumulação

O advento da reestruturação produtiva, sem a menor dúvida, vem sendo acompanhado pelo incremento da qualificação dos trabalhadores. Embora nem todas as regiões do Brasil tenham sofrido impactos semelhantes nos setores secundários e terciário, é inquestionável o quanto os patrões têm ao seu dispor um número significativamente maior de trabalhadores

com maior nível de escolarização ou pessoas à procura de emprego que se mobilizaram visando qualificar-se melhor para ocupar as vagas surgidas.

Por parte do governo federal e dos governos estaduais também tem sido notado o esforço para ampliar a oferta de cursos de educação profissional, seja de qualificação básica ou de nível técnico. Só para se ter uma ideia deste esforço e do crescimento da oferta de vagas em curso técnicos, nas modalidades concomitante e subsequente, os censos educacionais divulgados pelo INEP nos informam que entre os anos de 2007 e 2011 a rede estadual cresceu suas matrículas em 76%, chegando a cerca de 313 mil matrículas. Enquanto isso a rede federal atingiu o quantitativo de um pouco mais de 97,6 mil matrículas, representando no mesmo espaço de tempo, um crescimento de 73%.

Não podemos esquecer que a iniciativa privada apresentou no ano de 2011 uma quantidade próxima a 560 mil matrículas (INEP, 2012). Expressando não só o quanto ela vem sendo uma parceira dos governos no referente à ampliação da oferta de educação profissional, mas sobretudo o quanto esta oferta tem sido privatizada.

Não menos substantiva tem sido a oferta de ensino médio integrado à educação profissional pois, embora questionemos o quanto de fato tem sido realizado a integração, as instituições da rede federal têm mobilizado-se no sentido de buscá-la. Das 365 escolas da rede federal ofertando ensino médio, 322 ofertam a educação profissional de forma integrada¹.

Se a partir dos dados referentes à educação profissional de nível técnico é bem visível o quanto está havendo uma ampliação da oferta de mão-de-obra com maior qualificação, os dados referentes à composição da população ocupada deixam muito mais evidente o quanto está disponível para os patrões um quantitativo muito maior de trabalhadores que atendem aos requisitos mínimos demandados pelo mercado de trabalho brasileiro.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE em várias PNADs é possível constatar uma sensível alteração do nível de instrução da força de trabalho no Brasil. Vejamos esses dados na tabela 6:

¹ Dados obtidos no DataEscolaBrasil: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>. Acesso em 03 abr. 2013

TABELA 6					
Evolução do quantitativo de pessoa de 10 anos ou mais ocupadas, por anos de estudos					
	Sem Instrução	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10	11 anos ou mais
1999	12,8	15,9	30,9	15,2	24,9
2001	11,6	13,9	29,2	16,0	28,9
2004	10,0	12,0	27,3	16,7	33,8
2008	8,4	9,3	23,6	17,3	41,2
2011	9,2	7,0	20,0	17,3	46,3

Fonte: montagem do autor a partir das PNADs IBGE (vários anos).

Segundo a tabela acima evidencia-se o quanto cresceu o quantitativo de trabalhadores com o ensino médio completo, saltando de um pouco mais de 24,9% em 1999, para 46,3%, em 2011. Em sentido inverso, mas na lógica da ampliação da escolaridade, diminuiu substantivamente o quantitativo de pessoas sem instrução ou com menos de 3 anos de instrução.

Tendo esses dados como referência podemos fazer uma primeira articulação no sentido de explicitar o quanto o aumento da escolarização/qualificação de trabalhadores tem servido para o capital aumentar sua capacidade de explorá-los, em virtude deste fato não implicar no aumento significativo da retribuição salarial a estes trabalhadores.

Como já destacamos anteriormente, de acordo com dados apresentados no Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011, referentes ao SINE ano de 2010, houve uma oferta muito maior de trabalhadores com maior escolarização do que o demandado pelos empregadores (DIEESE, 2011a).

Esta pesquisa aponta para o fato das ocupações que mais empregam trabalhadores serem, nitidamente, de baixo prestígio social. Destacando-se entre elas: auxiliar de linha de produção, oficial de serviços gerais, trabalhador rural, operador de telemarketing, servente de obras, auxiliar de limpeza, operador de caixa, atendente de lanchonete etc. Ocupações que, além de baixo prestígio social, não demandam especialização e não têm potencial de elevação substancial do status social dos trabalhadores.

A lista de ocupações acima destacadas nos ajuda a pensar que para uma boa parte dos cursistas dos programas públicos de qualificação profissional, sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho será por meio de postos precarizados de trabalho, sem a garantia dos direitos trabalhistas e dos direitos sociais, que consideramos ser minimamente fundamentais a uma vida com dignidade. Reafirmamos: as atuais políticas de qualificação profissional reforçam o processo de precarização do trabalho.

Avançando nessa argumentação destacamos que, embora a informalidade ser quase sinônimo de precarização do trabalho, isso não quer dizer que a precarização não ocorra também dentro da formalidade. Em 2009, em torno de 30% dos trabalhadores ocupados receberam menos de um salário mínimo (DIEESE, 2011e). Talvez, muitos desses trabalhadores tenham passado por programas públicos de qualificação profissional.

Outros dados que nos ajudam a mensurar o retorno salarial em função do nível de escolarização/qualificação profissional são os relativos à contratação e desligamento de trabalhadores, considerando seus níveis de instrução.

Segundo os dados do Anuário dos Trabalhadores (DIEESE, 2011e), utilizando-se de informações da Caged, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no ano de 2010, mais uma vez foi perceptível o quanto os patrões valeram-se de uma maior oferta de mão-de-obra com maior escolarização para aumentar os níveis de exigências na hora de realizar contratações. De acordo com estes dados a diferença entre admitidos e desligados nesse ano foi de aproximadamente 2.136 mil pessoas. Nesse saldo registra-se que 65,5% tinham a certificação de ensino médio. O que nos chama atenção é o fato de que entre os demitidos apenas 44,8% possuíam o ensino médio. Em outras palavras, uma parte dos demitidos e que têm menor nível de escolarização é substituída por trabalhadores mais escolarizados, mesmo que a atividade a ser realizada não demande maior nível de conhecimento escolar, como pudemos constatar pelos dados do SINE ao qual anteriormente fizemos referência.

Com essas informações podemos então apontar para uma outra conclusão que diz respeito aos rendimentos do trabalho, tendo como referência escolarização. Tem sido comum nos anúncios governamentais e nas pesquisas referentes ao mercado de trabalho brasileiro apontar não só para a queda no nível de desemprego, mas também para o aumento de ganhos salariais por parte dos trabalhadores. Sobre a queda da taxa de desemprego não temos a menor discordância, embora questionemos o quanto a quantidade de postos de trabalhos precarizados

amenizam esses dados. De qualquer forma, o que nos interessa mais especificamente é sobre a relação entre nível de escolarização/qualificação profissional e retribuição salarial.

De acordo com os dados que levantamos nas PNADs de vários anos constatamos que embora o nível de qualificação/escolarização da força de trabalho tenha crescido, o comportamento do mercado de trabalho em relação aos ganhos salariais é extremamente conservador e estratégico para o capital.

Há certo movimento de deslocamento de trabalhadores para níveis mais altos de salários, majoritariamente, pela diminuição daqueles que ganhavam menos de 1 salário mínimo. No nosso entender, o que mais tem se estabelecido é o movimento de concentração de rendimentos nas faixas entre 1 e 2 salários mínimos, como podemos verificar na tabela abaixo.

TABELA 7					
Evolução do número de empregados no trabalho principal da semana de referência, de 10 anos ou mais de idade e as classes de rendimento (em salários mínimos)					
	Até 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM
2001	21	33,4	16,7	14,3	8,9
2004	24,5	37,5	14,1	13,6	7,0
2008	26,2	41,0	14,5	10,2	5,5
2009	25,4	41,7	12,9	10,2	5,4
2011	23,0	42,5	16,9	9,0	5,8
Fonte: montagem do autor a partir das PNADs IBGE (vários anos).					

Todas as faixas salariais maiores que 2 salários vinham em movimento de queda ou de oscilação. No entanto, a faixa entre 1 e 2 salários vem crescendo continuamente.

Em 2001, o quantitativo de trabalhadores que percebiam até 2 salários mínimos era de 54,4%, crescendo em 2004 para mais de 60%. A partir daí manteve-se sempre em crescimento e concentrando, às vezes, mais que 65% dos trabalhadores.

A tabela demonstra o crescimento do quantitativo de trabalhadores que recebem entre 1 e 2 salários mínimos, e também nos sugere ser quase o limite salarial estabelecido. Na prática é como se aos poucos houvesse a indexação dos salários ao valor do salário mínimo,

independentemente dos níveis de escolarização e qualificação dos trabalhadores. Estaríamos assim, caminhando no sentido de um aumento da presença de trabalhadores com nível médio e do estabelecimento de uma retribuição máxima de 2 salários mínimos.

É sempre importante lembrar que conforme o levantamento realizado pelo DIEESE (tabela 8), embora o salário mínimo real tenha crescido de fato, ele ainda está muito longe de alcançar o valor ideal.

TABELA 8			
Evolução do salário mínimo, do salário mínimo necessário e da relação entre eles			
	Salário mínimo nominal (Smn)	Salário mínimo necessário (SMNE)	Smn/SMNE
2013	R\$ 678,00	R\$ 2.674,88	25,35
2012	R\$ 622,00	R\$ 2.398,82	25,93
2011	R\$ 540,00	R\$ 2.194,76	24,60
2010	R\$ 510,00	R\$ 1.987,26	25,66
2009	R\$ 415,00	R\$ 2.077,15	19,98
2001	R\$ 151,00	R\$ 1.036,35	14,57
Fonte: montagem do autor a partir das PNADs IBGE (vários anos).			

No ano 2013 o valor do salário mínimo representa apenas 25,35% do salário mínimo ideal. Se há por parte do capital a intenção de concentrar os salários dos trabalhadores brasileiros entre 1 e 2 salários mínimos, mesmo aqueles que estejam no topo deste grupo (2 salários) estão ainda muito longe de ganhar o ideal para uma família viver com um pouco de dignidade. Isto representaria apenas metade do salário mínimo ideal.

Se correlacionarmos baixos salários, ausência de educação pública de qualidade, bem como a inexistência de um sistema de saúde público e de qualidade, pouco temos a comemorar ou acreditar que o avanço ocorrido no nível de escolarização da força de trabalho brasileira possa se transformar em ganhos reais de salários e proporcionar uma consistente mobilidade social.

Os dados referentes ao custo da mão-de-obra no Brasil, comparando-o a outros países, deixam muito claro não podemos esperar haver um processo de ganho real de salário, coerente com o quanto se ganhou no referente ao nível escolarização da população economicamente ativa. Só para ser mais exato nessas informações, no ano de 2009, segundo dados do DIEESE (2011e) o custo do valor de uma hora da força de trabalho brasileira era cinco vezes menor que o da Alemanha, quatro vezes menor do Canadá, quase quatro vezes menor do custo na Espanha e quase cinco vezes menor valor dos Estados Unidos, só para citar alguns exemplos. Já os locais que o nosso valor se aproxima são na verdade países com expressões políticas e econômicas inferiores ao Brasil, como Hong Kong e Taiwan.

Considerações finais

Apresentados os dados esperamos provocar uma reflexão mais cautelosa sobre as contribuições efetivas da escolarização para a elevação da renda das pessoas. Em um momento no qual prevalecem discursos enaltecendo a importância da educação como alavanca da economia do país, e candidatos a cargos executivos evidenciando em suas plataformas de governo a criação de escolas profissionalizantes, cabe a reflexão do quanto essas ações são capazes de reverter as grandes desigualdades existentes em nossa sociedade. Será possível mudar essa ordem social, não se modificando a ordem econômica? É possível a escola corrigir aquilo que está na estrutura da formação econômica brasileira? Evidentemente, nossa resposta vai no sentido contrário.

Com esse trabalho não deixamos de reconhecer o aumento dos níveis de emprego no Brasil. Como demonstram documentos governamentais (BRASIL. 2012), entre 2003 e 2012 mais de 19 milhões de empregos foram criados. No entanto, entendemos que os discursos enaltecendo as políticas públicas, inclusive às de qualificação profissional, em virtude delas provocarem o crescimento da classe C, encobrem o fato de que, se por um lado, está diminuindo a quantidade de indigentes e até de pobres em nosso país, por outro, muito pouco podemos atribuir às políticas de qualificação profissional a responsabilidade por tais acontecimentos.

Muito se falou na educação profissional desde a era FHC como forma de resolver o problema da pobreza, mas o que vemos é o crescimento de ações governamentais em áreas de assistência, como forma de enfrentar a aberração social que é a pobreza no Brasil. No ano de 2012, mais de 13.7 milhões de famílias foram atendidas pelo Programa Bolsa Família

(BRASIL, 2012) e não conseguimos detectar nenhuma política de enfrentamento à concentração da riqueza.

A própria educação profissional parece ter se tornado política de assistência social. Quase 50% daqueles que se inscreveram em algum dos cursos do PNQ vinham de uma família com renda de no máximo 2 salários mínimos (DIEESE, 2011b). Neste sentido, aqueles que por acaso consigam inserir-se no mercado de trabalho, em função de sua passagem por algum daqueles cursos, garantirão simplesmente a reprodução dos cortes sociais já existentes.

Embora seja pertinente e necessário um maior investimento nas escolas federais e estaduais responsáveis pela educação profissional, por outro lado devemos estar atentos ao quanto esse investimento tem produzido o retorno econômico e social tão propagado no discurso governamental. Sem descuidar, principalmente, o quanto estes investimentos têm produzido retornos políticos e econômicos para o capital

Temos constatado que a prática governamental em relação a um ensino médio integrado mostrou-se conservadora e reacionária, voltada a reeditar os fracassos da 5692/71. Com a chegada do PRONATEC fortaleceu-se o processo de privatização da educação profissional e esvaziou-se mais ainda as tentativas de avançar no sentido de garantir uma formação de nível técnico sob os moldes da integração defendidas pelos setores politicamente comprometidos (FRIGOTTO et al., 2005) com um projeto de formação profissional política e filosoficamente estruturado a partir de ideais que vislumbram uma outra escola de caráter politécnico para os filhos dos trabalhadores.

Consideramos que a escola não deve ser vista em função de sua funcionalidade ao processo econômico, mas deve relacionar-se diretamente ao desenvolvimento integral dos seres humanos. Nesse sentido, é mister a escola contribuir para que os estudantes sejam capazes de, autonomamente, pensarem o mundo, a partir de uma perspectiva menos egoísta e mais fraternal.

Ainda nos deparamos com a extrema necessidade de sermos vigilantes e críticos do discurso fácil e ideologicamente comprometido com os interesses das elites. Não podemos abrir mão da luta pela afirmação da educação de qualidade ser garantida como um direito social. Logo, a defesa da escola pública, democrática e de qualidade, mantém-se ainda como pauta do dia, mesmo que os comprometidos com a ordem do capital afirmem estarmos vivendo a realização dos desejos das classes subalternas, inclusive na educação.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em Perspectiva**. 17 ed. Dez., 2012.
- BRASIL, MTb/SEFOR. **Plano Nacional de Educação Profissional**: reconstruindo a institucionalidade da educação profissional no Brasil. Brasília:SEFOR/FAT, 1998.
- CASTRO, Ramón Peña. Escola e Mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 79-92, jan./jun., 2004.
- CEPAL. **Transformación productiva con equidad**: La tarea prioritária Del desarrollo de América Latina y el Caribe em los años noventa. Santiago de Chile, marzo de 1996.
- CEPAL/UNESCO. **Educación y Conocimiento**: eje de La transformación productiva com equidad. Santiago de Chile, agosto de 1992.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIECONÔMICOS - DIEESE. **Anuário dos Trabalhadores**: 2010(Sistema consulta). São Paulo: DIEESE, 2010. Disponível em <http://www.dieese.org.br/serve/serve.do?id=1283845196059&sistema=xserve>. Acesso em: 27 mar. 2013
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIECONÔMICOS - DIEESE. **Salário Mínimo Nominal e Necessário**. São Paulo: DIEESE, 2010. Disponível em <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em: 27 ago. 2010.
- DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011**: intermediação de mão-de-obra. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011a. Disponível em <http://www.dieese.org.br/anu/AnuSistPub2010/conteudo/2/livro/inicio.html>. Acesso em 10 jan. 2012.
- DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011**: qualificação social e profissional. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011b. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F01334177BE1E3716/qualificacao.pdf> >. Acesso em 01 abr. 2012.

DIEESE. **Anuário dos Trabalhadores**: 2010/2011. 11.ed. São Paulo: DIEESE, 2011e. Disponível em < <http://www.dieese.org.br/anu/AnuTrab2010/index.html>>. Acesso em 10 jan. 2012.

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação Profissional para o Trabalho Incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 100-137.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. (orgs.) **Ensino médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Boletim Mulher e Trabalho**. São Paulo, 21, março, 2010 Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/resumo_boletim_MuTrab21.pdf>

Acesso em: 27 fev. 2013

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Inserção da População Negra no Mercado de Trabalho**. São Paulo: SEADE, 2009. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/ipnmt/estudos/nov2009/xls/tabelas_anexo_nov2009.pdf>

Acesso em: 15 mar. 2013

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em 10 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – INEP. **Censo da educação básica: 2011** – resumo técnico. Brasília: INEP, 2012. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf>. Acesso em abr., 2013

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Presente**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, R. **Agências multilaterais e a educação profissional brasileira**. Campinas, SP: Alínea, 2006.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego no Desenvolvimento da Nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian J.;HADDAD, Sérgio (orgs.).**Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez /PUC/Ação Educativa, 1996.